

Calango 2 Energia Renovável S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Calango 2 Energia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Calango 2 Energia Renovável S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Calango 2 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Informações Comparativas – Valores Correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 29 de março de 2022, com uma opinião sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4



NEOENERGIA

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2022

CALANGO 2 ENERGIA
RENOVÁVEL S.A.

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
BALANÇO PATRIMONIAL	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	20
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA.....	21
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	21
6. RESULTADO FINANCEIRO.....	22
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	22
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	24
10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	25
11. IMOBILIZADO.....	26
12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS.....	27
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	27
14. PROVISÕES, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	29
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	36



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

Calango 2 Energia Renovável S.A. – Calango 2



ÍNDICE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
1. CALANGO 2	5
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	6
4. ENDIVIDAMENTO	7
5. AUDITORES INDEPENDENTES	7
DISCLAIMER	8

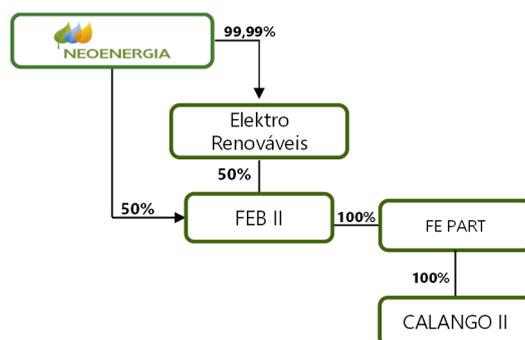
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2022, a Calango 2 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2023, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. CALANGO 2

A Companhia Calango 2 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Força Eólica Participações S.A. Esta, por sua vez, tem em sua composição acionária a Força Eólica do Brasil 2 S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Calango 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 2, produto do 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado no município de Bodó (RN).



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Calango 2 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 292 de 06/05/2011, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria.

O Parque Eólico firmou com 14 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com início de suprimento em 01 de setembro de 2013 e vigência até 31 de agosto de 2033.

Calango 2 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 12,8MW médios. Em setembro de 2013, o Parque Eólico foi considerado “Apto a operação comercial”, porém teve que aguardar a finalização das Instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) de Lagoa Nova II, para conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Só após a conexão sua operação comercial foi iniciada. Independente da conexão recebeu receita.

No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II, da CHESF, teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para a usina Calango 2, condicionando a entrada em

operação comercial desta em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, este parque teve sua operação comercial iniciada.

No ano de 2022, o Parque Eólico Calango 2 esteve em operação comercial e durante esse período gerou 98,008 MWh (no centro de gravidade do SIN), estando sua operação sob coordenação do ONS – Operação Nacional do Sistema Elétrico.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Variação %
Receita Operacional Bruta	28.249	37.828	(25,32)
Receita Operacional Líquida	24.886	34.635	(28,15)
Margem Operacional Líquida	15.455	23.623	(34,58)
EBITDA	19.006	28.030	(32,2)
Resultado Financeiro	(2.243)	(3.192)	(29,73)
Lucro Líquido	10.874	18.413	(40,94)
Margem Operacional (%)	62,10%	68,21%	(6,10)
Margem EBITDA (%)	76,37%	80,93%	(4,56)
Margem Líquida (%)	43,70%	53,16%	(9,47)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/22	dez/21	Variação %
Ativo Total	113.090	130.934	(13,63)
Dívida Bruta	42.730	48.320	(11,57)
Dívida Líquida ⁽³⁾	24.091	17.686	36,22
Patrimônio Líquido	54.555	58.508	(6,76)

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/22	dez/21	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	1,27	0,63	100,89
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	8,47	8,78	(3,5)

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

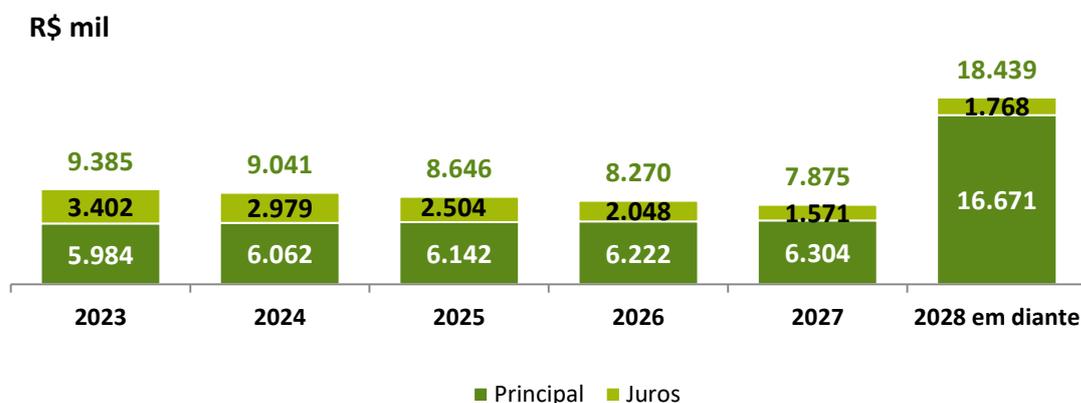
Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2022	2021	Varição (R\$)	Varição (%)
Lucro líquido (A)	10.874	18.412	(7.538)	(40,94)
Receitas financeiras (B)	2.563	900	1.663	184,78
Despesas financeiras (C)	(4.799)	(4.084)	(715)	17,51
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(7)	(8)	1	(12,50)
Imposto de renda (E)	(1.846)	(1.904)	58	(3,05)
Depreciação (F)	(4.043)	(4.522)	479	(10,59)
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F))	19.006	28.030	(9.024)	(32,19)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui 100% do volume da sua dívida contratada junto ao BNDES com amortizações lineares ao longo dos anos.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$11.911 referentes à auditoria das demonstrações financeiras.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Calango 2 Energia Renovável S.A. ("Calango 2"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Calango 2 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Calango 2.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Calango 2 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional, líquida	3	24.886	34.635
Custos dos serviços		(9.431)	(11.012)
Custos com energia elétrica	4	(2.070)	(3.042)
Custos de operação	5	(7.361)	(7.970)
Lucro bruto		15.455	23.623
Perda de crédito esperadas	9.1	-	19
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(492)	(133)
Lucro operacional		14.963	23.509
Resultado financeiro	6	(2.243)	(3.192)
Receitas financeiras		2.563	900
Despesas financeiras		(4.799)	(4.084)
Outros resultados financeiros, líquidos		(7)	(8)
Lucro antes dos tributos		12.720	20.317
Tributos sobre o lucro	7	(1.846)	(1.904)
Corrente		(1.846)	(1.904)
Lucro líquido do exercício		10.874	18.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	10.874	18.413
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>10.874</u>	<u>18.413</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.874	18.413
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	4.043	4.522
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	-	29
Tributos sobre o lucro	1.846	1.904
Resultado financeiro, líquido	2.243	3.192
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	918	7.519
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(158)	(355)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	7	(20)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(347)	(377)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	1.196	(150)
Outros ativos e passivos, líquidos	75	2.887
Caixa líquidos proveniente das operações	20.697	37.564
Encargos de dívidas pagos	(3.821)	(3.662)
Rendimento de aplicação financeira	2.518	885
Pagamento de juros – Arrendamentos	(353)	(203)
Tributos sobre o lucro pagos	(1.871)	(1.250)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	17.170	33.334
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(166)	(2.749)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(9.152)	(24.697)
Resgate de títulos e valores mobiliários	24.972	2.876
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	15.654	(24.570)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(5.917)	(5.901)
Depósitos em garantias	(20)	33
Pagamento de principal – Arrendamentos	(35)	(19)
Remuneração paga aos acionistas da Neoenergia	(24.579)	(2.787)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(30.551)	(8.674)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	2.273	90
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.712	6.622
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.985	6.712
Transações que não envolveram caixa:		
Provisão para desmantelamento	81	865
Provisão ambiental	389	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.985	6.712
Contas a receber de clientes e outros	9	2.734	3.652
Tributos sobre o lucro a recuperar		47	47
Outros tributos a recuperar		70	72
Outros ativos circulantes		248	1.729
Total do circulante		12.084	12.212
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	9.654	23.922
Depósitos judiciais	14.1	415	369
Direito de uso		2.492	2.025
Imobilizado	11	87.134	90.760
Intangível		421	65
Outros ativos não circulantes		890	1.581
Total do não circulante		101.006	118.722
Total do ativo		113.090	130.934
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	12	2.642	2.800
Empréstimos e financiamentos	13	6.107	6.064
Passivo de arrendamento		441	350
Tributos sobre o lucro a recolher	7.1.2	214	750
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		275	113
Dividendos	15.2	2.583	12.335
Provisões e obrigações contratuais	14	153	45
Outros passivos circulantes		2.913	2.907
Total do circulante		15.328	25.364
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	36.623	42.256
Passivo de arrendamento		2.317	1.840
Provisões e obrigações contratuais	14	4.246	2.945
Outros passivos não circulantes		21	21
Total do não circulante		43.207	47.062
Patrimônio líquido	15		
Atribuído aos acionistas da Companhia		54.555	58.508
Total do patrimônio líquido		54.555	58.508
Total do passivo e do patrimônio líquido		113.090	130.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucro			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva para Investimento			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.895	3.641	1.726	12.245	-	58.507
Resultado abrangente do exercício:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.874	10.874
Transações com os sócios:						
Remuneração aos acionistas (nota 15.2)	-	-	-	(12.245)	-	(12.245)
Destinação do lucro líquido:						
Remuneração aos acionistas (nota 15.2)	-	-	-	7.230	(9.813)	(2.583)
Constituição de reservas de lucros (nota 15.3)	-	544	517	-	(1.061)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.895	4.186	2.243	7.231	-	54.555
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.895	2.721	851	7.806	-	52.273
Resultado abrangente do exercício:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.413	18.413
Transações com os sócios:						
Remuneração aos acionistas (nota 15.2)	-	-	-	(7.806)	-	(7.806)
Destinação do lucro líquido:						
Remuneração aos acionistas (nota 15.2)	-	-	-	12.245	(16.618)	(4.373)
Constituição de reservas de lucros (nota 15.3)	-	920	875	-	(1.795)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	40.895	3.641	1.726	12.245	-	58.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Calango 2 Energia Renovável S.A. (“Calango 2” ou “Companhia”) é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia Força Eólica Participações S.A. Esta, por sua vez, tem em sua composição acionária a Companhia Força Eólica do Brasil 2 S.A., da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Calango 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 2, produto do 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado no município de Bodó (RN).

Calango 2 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 292 de 06/05/2011, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria.

O Parque Eólico firmou com 14 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com início de suprimento em 01 de setembro de 2013 e vigência até 31 de agosto de 2033.

Calango 2 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 12,8MW médios. Em setembro de 2013, o Parque Eólico foi considerado “Apto a operação comercial” porém teve que aguardar a finalização das Instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) de Lagoa Nova II, para conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Só após a conexão sua operação comercial foi iniciada. Independente da conexão recebeu receita.

No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II, da CHESF, teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para a usina Calango 2, condicionando a entrada em operação comercial desta em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, este parque teve sua operação comercial iniciada.

No ano de 2022, o Parque Eólico Calango 2 esteve em operação comercial e durante esse período gerou 98,008 MWh (no centro de gravidade do SIN), estando sua operação sob coordenação do ONS – Operação Nacional do Sistema Elétrico.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 3.244 (R\$ 13.152 em 31 de dezembro de 2021) e prevê que a geração de caixa adicional será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso contrário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 13).

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da Companhia para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 13).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
BNDES	AAA	AAA	-

Não houve alterações relevantes nos ratings destas instituições em relação ao período de 31 de dezembro de 2021.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1.1.2 Gestão de riscos operacionais

(a) Riscos regulatórios

Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.

(b) Seguros

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	175
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 a 31/05/2023	44
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	1
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	175

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 16 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 3.2 Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
- 7.1.2 Tributos sobre o lucro
- 9.1 Perda de Créditos Esperada (PCE)
- 11.1 Imobilizado
- 14.1 Provisões, obrigações contratuais e depósitos judiciais

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes:

(a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecimento de energia	27.965	25.933
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	276	10.405
Outras receitas	8	1.490
Receita operacional bruta	28.249	37.828
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	<u>(3.363)</u>	<u>(3.193)</u>
Receita operacional, líquida	<u>24.886</u>	<u>34.635</u>

3.1 Deduções de receita bruta

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2.260)	(1.752)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.001)	(1.342)
	<u>(3.261)</u>	<u>(3.094)</u>
Encargos setoriais		
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TSFEE	(102)	(99)
	<u>(102)</u>	<u>(99)</u>
Total	<u>(3.363)</u>	<u>(3.193)</u>

3.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

b) Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição do Parque Eólico extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição do Parque Eólico, perda interna com base no histórico,

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre – ACL	(282)	(1.523)
Energia curto prazo – PLD ⁽¹⁾	(57)	20
Outros	(10)	(9)
Total	<u>(349)</u>	<u>(1.512)</u>
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(1.484)	(1.314)
Encargos de conexão	(237)	(216)
Total	<u>(1.721)</u>	<u>(1.530)</u>
Total dos custos com energia elétrica	<u>(2.070)</u>	<u>(3.042)</u>

(1) PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2022</u>		
	<u>Custos de operação</u>	<u>Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	(254)	(305)	(559)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(2.860)	(122)	(2.982)
Depreciação e amortização	(4.039)	(4)	(4.043)
Outras receitas e despesas, líquidas	(208)	(61)	(269)
Total	<u>(7.361)</u>	<u>(492)</u>	<u>(7.853)</u>
	<u>2021</u>		
	<u>Custos de operação</u>	<u>Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	(174)	-	(174)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(2.904)	(123)	(3.027)
Depreciação e amortização	(4.522)	-	(4.522)
Outras receitas e despesas, líquidas	(370)	(10)	(380)
Total	<u>(7.970)</u>	<u>(133)</u>	<u>(8.103)</u>

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

5.1 Serviços de terceiros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços técnicos e Manutenções	(2.519)	(2.260)
Serviços jurídicos	(5)	(5)
Consultoria e auditoria	(18)	(22)
Vigilância	(215)	(204)
Outros serviços	(225)	(536)
Total	<u>(2.982)</u>	<u>(3.027)</u>

6. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.518	885
Atualização de depósitos judiciais	45	-
Outras receitas financeiras	-	15
	<u>2.563</u>	<u>900</u>
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(4.163)	(3.661)
Outras despesas financeiras	(636)	(423)
	<u>(4.799)</u>	<u>(4.084)</u>
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variação monetária	(7)	(8)
	<u>(7)</u>	<u>(8)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.243)</u>	<u>(3.192)</u>

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (tais como IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, entre outros), e amortização dos custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro

A Companhia possui como regime de apuração o Lucro Presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	12.720	20.317
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(4.325)	(6.908)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	2.479	5.004
Tributos sobre o lucro	(1.846)	(1.904)
Alíquota efetiva	15%	9%
Corrente	(1.846)	(1.904)

7.1.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido, de modo geral, nesse regime não são constituídos tributos diferidos ativos por não possibilidade de compensação de eventuais diferenças temporárias ou prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	2.204	1.875
Fundos de investimento	6.781	4.837
Total	8.985	6.712

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 99,40% (99,31% em 31 de dezembro de 2021) do CDI.

As aplicações financeiras da companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos exclusivos BB Polo 28 Fundo de Investimento. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022			2021		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	2.527	(2)	2.525	2.264	(2)	2.262
Comercialização de energia na CCEE	209	-	209	1.390	-	1.390
Total	2.736	(2)	2.734	3.654	(2)	3.652

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	2.527	(2)	2.264	(2)
	2.527	(2)	2.264	(2)

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(2)	(21)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	-	19
Saldo final do exercício	(2)	(2)

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamento críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras.

Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	2022	2021
Saldos iniciais	23.922	1.517
Aplicações	9.152	24.697
Resgates	(24.972)	(2.876)
Remuneração	1.552	584
Saldos finais	9.654	23.922

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 99,52% (99,3% em 2021) do CDI e liquidez diária.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	<u>Parques eólicos</u>	<u>Construções</u>	<u>Outros</u>	<u>Ativos em construção</u>	<u>Total</u>
Taxa de depreciação a.a	3,03% - 20%	3,03% - 4,0%	14,29%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	69.397	16.218	22	5.123	90.760
Adições	81	-	-	150	231
Depreciação	(3.141)	(717)	(11)	-	(3.869)
Transferências entre classes	382	40	-	(422)	-
Transferências - Outros ativos	-	12	-	-	12
Saldos em 31 de dezembro de 2022	66.719	15.553	11	4.851	87.134
Custo	101.782	23.525	82	4.851	130.240
Depreciação acumulada	(35.063)	(7.972)	(71)	-	(43.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	86.588	2.026	579	2.423	91.616
Adições	-	-	-	2.802	2.802
Baixas	(80)	-	-	-	(80)
Depreciação	(4.168)	(181)	(12)	-	(4.361)
Transferências entre classes	(13.808)	14.373	(545)	(20)	-
Transferências - Outros ativos	865	-	-	(82)	783
Saldos em 31 de dezembro de 2021	69.397	16.218	22	5.123	90.760
Custo	101.318	23.474	82	5.123	129.997
Depreciação acumulada	(31.921)	(7.256)	(60)	-	(39.237)

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Energia elétrica	66	29
Encargos de uso da rede	131	115
Materiais e serviços	2.445	2.656
Total	<u>2.642</u>	<u>2.800</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Empréstimos e financiamentos bancários	42.730	48.320
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	42.730	48.320
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(8.985)	(6.712)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 10)	(9.654)	(23.922)
Dívida líquida	<u>24.091</u>	<u>17.686</u>

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Denominados em R\$	45.245	50.816
Indexados a taxas flutuantes	45.245	50.816
	45.245	50.816
(-) Depósitos em garantia	(2.515)	(2.496)
	<u>42.730</u>	<u>48.320</u>
Passivo circulante	6.107	6.064
Passivo não circulante	36.623	42.256

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	<u>Principal ⁽¹⁾</u>	<u>Juros ⁽¹⁾</u>	<u>Total</u>
2023	5.984	3.402	9.385
2024	6.062	2.979	9.041
2025	6.142	2.504	8.646
2026	6.222	2.048	8.270
2027	6.304	1.571	7.875
Entre 2028 e 2032	16.671	1.768	18.439
Total	47.386	14.272	61.657

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 3,90 anos (4,33 anos em 31 de dezembro de 2021).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial do exercício	48.320	54.189
Efeito no fluxo de caixa:		
Amortizações de principal	(5.917)	(5.901)
Pagamento de encargos de dívida	(3.821)	(3.662)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	(20)	33
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	4.168	3.661
Saldo final do exercício	42.730	48.320

d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com Covenants. O principal *covenant* da Companhia obriga a manter certo índice, como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	<u>Limites contratual inferior ⁽¹⁾</u>	<u>Medição ⁽²⁾ em 31.12.2022</u>
Consolidado FE Participações ⁽³⁾:		
ICSD	≥ 1,3	2,75

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas.

(2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira.

(3) O covenant é apurado no consolidado da FE Participações S.A., controladora da Companhia.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

e) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

14. PROVISÕES, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisões para processos judiciais (nota 14.1)	5	4
Provisão para obrigações ambientais	446	73
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (nota 14.2)	3.195	2.911
Provisão para ressarcimento (nota 14.3)	753	2
	<u>4.399</u>	<u>2.990</u>
Passivo circulante	153	45
Passivo não circulante	4.246	2.945

14.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	<u>Provisões cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>4</u>	<u>4</u>
Atualizações monetárias	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u><u>5</u></u>	<u><u>5</u></u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-
Adições e reversões, líquido	2	2
Atualizações monetárias	2	2
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u><u>4</u></u>	<u><u>4</u></u>

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

(i) Processos cíveis: referente a ação de anulação de auto de infração, lavrado pelo IDEMA, por suposto descumprimento da condicionante da licença de operação.

(ii) Processos fiscais: referente ação movida pelas concessionárias geradoras de energia eólica contra o município de Bodó/RN, por inexistência de relação jurídico-tributária requerendo o sobrestamento da exigibilidade de crédito tributário relativo às taxas de licença e localização de estabelecimento instituída pelo código tributário do município.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processos fiscais (i)	4.277	3.936
Processos cíveis	22	19
	<u>4.299</u>	<u>3.955</u>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Processos fiscais: A Companhia possui processos judiciais referentes a ações tributárias de autos de infração fiscal referente à ISS e taxas diversas sobre contratos de fornecimentos de matérias e serviços para a construção do parque eólico. A Companhia possui um total estimado de R\$ 4.277 (2021 - R\$ 3.936) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processos fiscais	408	362
Processos cíveis	7	7
	<u>415</u>	<u>369</u>

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamento críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14.2 Desmantelamento

Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem do parque eólico Calango 2, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar a obrigação.

A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico.

A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 12,18% e uma inflação projetada equivalente a 3,00%.

14.3 Provisão de Ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social é de R\$ 40.895 correspondendo a 40.894.910 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela FE Participações S.A.

15.2 Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Calango 2 Energia Renovável S.A. foi calculada da seguinte forma:

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	10.874	18.413
Reserva legal	(544)	(920)
Reserva para investimentos	(517)	(875)
Lucro líquido a distribuir	9.813	16.618
Remuneração		
Mínimo obrigatório ⁽¹⁾	2.583	4.373
Remuneração adicional	7.230	12.245
	9.813	16.618
Natureza da remuneração		
Dividendos	9.813	16.618
	9.813	16.618

(1) Os dividendos mínimos obrigatórios tem como base o lucro líquido menos a reserva legal.

Os valores deliberados aos acionistas da Calango 2 Energia Renovável S.A., por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação (R\$) ON
2022			
AGOE de 30 de abril de 2022	Dividendos mínimos	4.373	0,106932388
AGOE de 30 de abril de 2022	Dividendo adicional proposto	12.245	0,299425358
		16.618	
2021			
AGOE de 30 de abril de 2021	Dividendo adicional proposto	7.806	0,190879081
AGOE de 30 de abril de 2021	Dividendo adicionais	2.787	0,068174593
		10.593	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2022	2021
Saldos em 01 de janeiro	12.335	2.943
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados no exercício	14.827	12.179
Dividendos pagos no exercício	(24.579)	(2.788)
Saldos em 31 de dezembro	2.583	12.334

15.3 Reservas de lucros

15.3.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.3.2 Reserva para investimento

Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos.

15.4 Política contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionista e suas empresas ligadas.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2022			2021		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a) / (b)	160	-	160	191	-	191
Outros ativos	9	-	9	-	-	-
	169	-	169	191	-	191
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (b)	128	-	128	1	-	1
Dividendos a pagar (c)	-	2.583	2.583	-	12.335	12.335
Outros passivos (d)	2.667	-	2.667	2.617	-	2.617
	2.795	2.583	5.378	2.618	12.335	14.953

16.2 Transações com partes relacionadas

	2022		2021	
	Subsidiárias da Neoenergia	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a) / (b)	2.005	2.005	3.498	3.498
Custos dos serviços (a) / (b)	(424)	(424)	(1.432)	(1.432)
Despesas gerais e administrativas	(305)	(305)	-	-
	1.276	1.276	2.066	2.066

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.3 Principais Transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 16.1 e 16.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Coelba	Contrato de compra e venda de energia elétrica	IPCA	2032	2023	160	(1.817)
b)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia elétrica	IPCA	1 ano	2023	(66)	124
c)	FE Participações S.A.	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2023	(2.583)	-
d)	Calango 6 Energia Renovável S.A.	Indenização de danos materiais/lucros cessantes	-	Indeterminado	Indeterminado	(2.617)	-

16.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.204	6.781	1.875	4.837
Títulos e valores mobiliários	-	9.654	-	23.922
Contas a receber de clientes e outros	2.736	-	3.654	-
	4.940	16.435	5.529	28.759
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	2.642	-	2.800	-
Empréstimos e financiamentos	42.731	-	48.320	-
Passivo de arrendamento	2.758	-	2.190	-
Outros passivos financeiros	231	-	104	-
	48.362	-	53.414	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.7.

17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.781	6.781	4.837	4.837
Títulos e valores mobiliários	9.654	9.654	23.922	23.922
	16.435	16.435	28.759	28.759

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	42.731	42.731	48.320	48.320

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

17.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

17.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	18.950	2.594	(389)	(778)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e Financiamentos							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,37%	(45.242)	(4.311)	(500)	(1.000)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora Presidente

Diretores

Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariane Carvalho Medeiros

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Calango 2 Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.107.047/0001-38, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Calango 2 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2022; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Calango 2 relativas ao exercício social findo em 31.12.2022.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

Laura Cristina da Fonseca Porto

Diretora Presidente

Leandro Adzgauskas Montanher

Rodolfo Fernandes da Rocha

Mariane Carvalho Medeiros

Diretores